

Orcamento monetário trimestral

17 FEVEREIRO 1989

GAZETA MERCANTIL

por José Fuchs
de São Paulo

As alterações provocadas pelo Plano Verão na economia tornaram praticamente impossível ao Banco Central (BC) realizar a programação monetária de 1989. Segundo informou ontem o chefe do departamento econômico do BC (Depec), Silvio Rodrigues Alves, a total impossibilidade de o comportamento da economia ao longo do ano ser medido antecipadamente vai obrigar a autoridade monetária a apresentar um orçamento monetário trimestral, retroativo a 1º de janeiro.

Ao participar, ontem, na sede do Conselho Regional de Economia, em São Paulo, do debate "O Plano Verão, o déficit público e o setor financeiro", Rodrigues

Alves disse que esse orçamento trimestral deverá ser apreciado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em sua próxima reunião, marcada para o dia 22 de fevereiro, em Brasília.

O chefe do Depec do BC afirmou que, já neste orçamento monetário trimestral, o limite legal de 10% de expansão de moeda em relação à posição do ano anterior será ultrapassado, o que levará o CMN a encaminhar ao Congresso Nacional pedido de aprovação de emissão adicional de moeda. Rodrigues Alves disse, contudo, que o percentual exato de expansão do limite de emissão de moeda ainda está sendo avaliado pelo BC. Após o primeiro trimestre, o governo vai observar o comportamento da inflação e

dos agentes econômicos, para então avaliar como será elaborado o orçamento monetário do resto do ano.

A emissão primária de moeda cresceu, segundo Rodrigues Alves, NCz\$ 182,32 milhões em janeiro, refletindo o crescimento dos depósitos a vista em dezembro em um percentual calculado por ele em cerca de 15%. Esse crescimento provocou uma necessidade de complementação das reservas bancárias e, por isso, deverá se refletir, nos meses de janeiro e fevereiro, acrescentou.

DEPÓSITOS A PRAZO

O volume de depósitos a prazo em janeiro, segundo dados preliminares apurados pelo BC, apresentou uma redução nominal no mês de 6,6% em relação à

posição de final de dezembro último, refletindo a dificuldade de captação de recursos pelas instituições financeiras através de certificados de depósitos bancários (CDB). Essa dificuldade, de acordo com Rodrigues Alves, é outro fator de pressão sobre a base monetária, pois obriga as instituições financeiras a recorrerem à linha de redesconto do BC para garantia de liquidez. De acordo com Rodrigues Alves, as instituições financeiras só estão conseguindo "rolar" 10% dos CDB que estão vencendo. Além de Rodrigues Alves, também participaram do debate, Alkimar Moura, ex-diretor da Dívida Pública (Didip) do BC, e Adroaldo Moura da Silva, ex-vice-presidente de Operações Internacionais do Banco do Brasil (BrB).